Narrar, transmitir, representar: o testemunho de um sobrevivente francês (judeu e resistente) dos campos de concentração nazista

Helenice Rodrigues da Silva*

Resumo: Através da narrativa de um sobrevivente francês – Resistente e judeu deportado para os campos de concentração nazista, esse texto procura examinar a relação entre a experiência vivida e a representação elaborada desse acontecimento histórico. Inscrevendo-se, portanto, na tipologia do testemunho direto da história do tempo presente, o relato desse sobrevivente atesta, por um lado, a dificuldade da transmissão dessa experiência única e, por outro lado, a necessidade de se resguardar a memória histórica do holocausto. E isso, em nome dos chamados “dever da história” e “dever da testemunha”.

Palavras-chave: Campos de concentração; Testemunho, “Dever da memória”, Resistente, Deportação, Resistente, Deportação.

Sessenta anos após a “descoberta”¹ do campo de Auschwitz pelas tropas soviéticas, dirigentes europeus e personalidades da comunidade judaica celebraram, ao lado de antigos deportados, o mais bárbaro massacre dos tempos modernos. Dando margem a uma atualização da produção historiográfica,² essas comemorações (ocorridas

* Doutora em História (Université Paris X – Nanterre) e Professora Associada no Departamento de História da UFPR. E-mail: helenrod@terra.com.br

em 27/01/2005 na Polônia) inscreveram-se no domínio de uma ética: o “dever da história”,³ como garantia de um maior rigor da memória histórica. Em nome, igualmente, do “dever da memória”, sobreviventes dos campos de concentração e de exterminação, conscientes da necessidade da transmissão dessa experiência única a novas gerações, procuraram, nessas últimas décadas, testemunhar o indizível.⁴ Pouco preocupadas com a cientificidade e com a objetividade da narrativa, as testemunhas dessa catástrofe (“shoah”) esforçaram-se, ao longo desses últimos 30 anos, em descrever o indescritível.

Paralelamente, especialistas da deportação e dos campos de concentração e exterminação não cessaram de interrogar documentos e testemunhas. Aliás, as pesquisas elaboradas na Polônia, após 1989, possibilitaram uma melhor compreensão do papel central de Auschwitz-Birkenau na eliminação dos judeus da Europa. Aliás, antes de transformar-se em memorial das vítimas do holocausto, o complexo de Auschwitz (constituído por três campos) abrigou, incompreensivelmente, um convento católico de freiras polonesas.

Sem dúvida, os avanços historiográficos e as mutações ideológicas, ocorridas na Europa, contribuíram para que a “solução final” e a “shoah” se situassem no centro da reflexão sobre a Segunda Guerra Mundial.

Ao lado das pesquisas científicas, a ideologia dos direitos humanos, em foco, sobretudo, na década de 1980, abriu espaços às vítimas⁵ da sociedade (o “dever da memória”), possibilitando o direito à palavra aos sobreviventes das tragédias da história. É nesse quadro de recomposição ética e ideológica (o fim do comunismo, a relativização da Resistência na França e o reconhecimento do papel exercido pelo governo de Vichy na colaboração nazista), que a deportação passou a ser redimensionada como fenômeno eminentemente racial.

Nesse processo de preservação da memória histórica, a palavra da testemunha constitui um elemento complementar da pesquisa científica (na área da chamada história do tempo presente). Mas,

se o trabalho de memória (o testemunho das vítimas) e a própria representação histórica defrontam-se com a questão dos limites, como representar o que os sobreviventes qualificam de “pior que a morte”? Na sua ambição de tornar presente uma ausência, a representação deste “mal absoluto” e todas as formas de um trabalho de rememoração (pela narrativa) se remetem à questão do intransmissível. Partindo, portanto, da relação conflituosa entre transmissão e testemunho, tentaremos questionar o “dever da memória” da “shoah”.

Se a ausência da transmissão de um “trauma” (“ferimento” infligido ao organismo físico e psíquico) provoca violências e sofrimentos psíquicos, o dizer, o escrever e, principalmente, o representar (no sentido de um conhecimento e/de uma imagem coletiva) constitui o drama de toda testemunha. Como, então, explicar o paradoxo que consiste em o “dever da memória” e a impossibilidade de uma representação histórica (reconstrução da realidade) desta tragédia? Consequentemente, não se trata aqui de voltarmos à tradicional análise da memória (individual e coletiva) (na versão de Maurice Halbwachs, de Michael Pollack e de Pierre Nora, por exemplo), abordadas, por nós, em trabalhos anteriores, mas de tentarmos apreender o processo de transmissão, por meio do testemunho, dessa memória histórica recente. A esse propósito, um parêntese se impõe: em primeiro lugar, quando nos referimos ao “testemunho da história”, pretendemos fazer alusão à dimensão do tempo presente como o tempo da experiência de vida, experiência da contemporaneidade. A história do tempo presente é um campo caracterizado pela existência de “testemunhas” e de uma memória viva (daí o papel específico, nessa área da história oral). Em segundo lugar, não partilhamos a oposição radical história/memória, como categorias distintas marcadas pela dicotomia objetividade/subjetividade da tradição “halbwachiana”. Nem lugar de uma total objetividade, nem espaço de uma aparente subjetividade, a história do tempo presente reapropria, através dos rastros e vestígios, uma memória histórica. Na perspectiva de François Dosse (DOSSE, 2004, p. 174), a atual “história social da

memória” vem justamente traduzir mudanças paradigmáticas e “uma aproximação tanto inelutável e enriquecedora entre esses dois pólos que são, de um lado, a memória e, de outro, a história”.

A entrevista, que realizamos⁶ com um sobrevivente dos campos de Dachau (Alemanha) e de Herzbrück, subcampo de Flossenbürg (na fronteira com a Tchecoslováquia), insere-se, portanto, na tipologia do testemunho direto da história do tempo presente, cuja função consiste em lembrar, informar e, certamente, em buscar se liberar do peso do silêncio e dos não-ditos, ao longo desses últimos sessenta anos.

Sem dúvida, no processo de transmissão da memória em função da escrita da história, a palavra da testemunha, um informante em potencial, transforma-se em prova documentária. Ao lado desta “memória arquivada”, uma outra, espontânea, institui-se, igualmente, em forma de testemunho. O fato do deportado ter estado “lá”, ter vivido o acontecido autoriza-o a narrar e a transmitir. Preocupado em deixar um testemunho (e não somente em informar), a palavra do entrevistado é livre, constituindo-se, essencialmente, em memória do passado. Assim, nosso “contrato” passado com a testemunha consistiu na escuta de uma palavra - sua descrição da negação da essência da condição humana - e na correção de alguns dados históricos (as datas, os locais, por exemplo).

Resistente na França Ocupada, desde novembro de 1943, Albert Mandelsaft, francês e judeu de 85 anos, elabora, de maneira espontânea e voluntária, uma narrativa sobre a sua deportação e internamento, na condição, não de judeu, mas de membro de uma organização resistente: FTP (Francs Tireurs Partisans⁷, criada em 1941, pelo partido comunista), agrupada em FFI (Forces Françaises de l'Intérieur).

Portador de identidades distintas (judeu e resistente, francês de origem estrangeira), este deportado “político” dissimula ao longo dos anos de guerra sua origem “étnica”. No momento atual, extremamente lúcido, politizado e engajado nos debates da “cité”, Albert Mandelsaft tem por inquietação o presente: o retorno do racismo,

do anti-semitismo e do fanatismo. Seu testemunho resulta, incontestavelmente, de uma exigência ética e de um imperativo político.

A deportação redimensionada e a dificuldade de enunciação

O excesso de comemorações de datas históricas abrindo espaços à instrumentação da memória impõe ao historiador do tempo presente uma maior “objetividade”, no confronto de provas e na busca de uma possível veracidade. Somente a partir de uma pesquisa sólida de dados históricos, controlados e verificados, é possível restituir uma verdadeira memória dos acontecimentos. Em outras palavras, o conhecimento rigoroso dos fatos torna-se a condição fundamental para a preservação e a transmissão de uma memória histórica (BEDARIDA, 1999, p. 113). Certamente, o “dever da história”, imposto em razão de revisionismos e “negacionismos” (teses apresentadas em universidades francesas nos anos 1980),⁹ impõe um maior rigor na escrita histórica. Mas, se o “dever da verdade”, aplica-se ao historiador, o direito à palavra (e a uma subjetividade) é um dever inelutável da vítima e testemunha.

Ora, se a memória e a história, como afirmam Maurice Halbwachs, Pierre Nora e outros, situam-se em níveis distintos, mantendo entre si uma relação difícil e conflituosa, esses dois elementos (ou categorias) são complementares de um mesmo processo de escrita da história do presente. Do ponto de vista metodológico, os dizeres individualizados instaurados em testemunhos se transformam em possibilidade de fontes (subjetivas) para a história do tempo presente. No entanto, se a transmissão possibilita rememorar, como converter em palavras o irrepresentável?

Testemunhar. Essa palavra que possui uma forte conotação faz apelo a uma outra, igualmente forte: dever. Dizer o horrível, sim, mas como? Voluntário ou mediador, a testemunha

Narrar, transmitir, representar...

apela, através de sua palavra, à memória viva, etapa preliminar de um trabalho de elaboração em história (COQ, 1999, p.61).

Se, então, testemunhar é tentar preservar uma memória, para as testemunhas e/ou sobreviventes dos campos de concentração, narrar essa “experiência limite” é atestar a impossibilidade de dizer e de traduzir o indizível. Essa incapacidade de descrever o inimaginável, de nomear o indescritível, encontra-se presente na introdução do livro de um deportado, resistente, Robert Antelme (*L’espèce humaine*), publicado na França, em 1947:

(...) Como podíamos nos resignar em não tentarmos explicar como chegamos lá. Nós ainda estávamos lá. E, no entanto, [essa tarefa] era impossível. Apenas começávamos a relatar, nós nos sufocávamos. Para nós mesmos, o que tínhamos a dizer começava, então, a nos parecer inimaginável”.⁹

Ora, essas palavras de um deportado político permitem medir a distância intransponível entre as palavras e os fatos, ou seja, esse fosso profundo que separa a experiência vivida no mundo dos campos de concentração e a narração que se podia fazer dessa mesma vivência. Ao contrário de uma literatura dos campos,¹⁰ buscando narrar a verdade histórica por meio de uma forma literária, a palavra do sobrevivente (ator mudo durante muito tempo) é descontínua, incompleta e entrelaçada de interjeições. Expressando uma interiorização da memória coletiva, a memória individual reconstrói, de maneira fragmentada, uma identidade de grupo (o uso do pronome “nós” perpassa, em geral, a narrativa). Visando a uma liberação pessoal, as palavras das testemunhas dos campos (como as de Albert Mandelsaft) deixam transparecer a dificuldade de uma transmissão do vivido. Incessantemente investido pelo passado, o presente dos sobreviventes da “shoah” é irremediavelmente moldado por essa experiência.

Durante décadas, o mutismo sobre a experiência dos campos de concentração relegou a memória da deportação à esfera privada. Os sobreviventes exprimiam-se somente em família e entre si. Assim, a liberação da palavra na esfera pública parece ser concomitante aos avanços historiográficos e às transformações ocorridas na própria sociedade francesa.

O escritor, deportado e resistente Jorge Semprun confirma:

Não houve silêncio, no pós-guerra, mas incapacidade de escuta. Foi preciso deixar passar uma geração, que [aliás] corresponde à emergência dos livros escritos não somente sobre o nazismo mas também sobre os campos soviéticos. A capacidade de escuta apareceu ao mesmo tempo, de um lado [no bloco soviético] e de outro [no oeste]”.¹¹

A representação política do deportado francês

No momento em que os soviéticos penetraram em Auschwitz, no final de janeiro de 1945, descobrindo ruínas de fornos crematórios e, aproximadamente, 7000 sobreviventes,¹² abandonados pelos nazistas, a percepção do funcionamento desse sistema de extermínio permanecia limitada e imprecisa. Uma comissão foi, imediatamente, criada para investigar os mapas das câmaras a gás e as caixas de ziklon B. Mas, se os soviéticos descobriram a função dessas câmaras, em contrapartida, eles recusaram a admitir e a revelar suas principais vítimas: os judeus.

No imediato pós-guerra, a deportação na França, apreendida em sua relação direta com o movimento político da Resistência (ao ocupante nazista), consolidou a imagem heróica do resistente, expatriado, em grande maioria, em direção dos campos de Buchenwald e de Dachau. Aliás, até meados dos anos 1970, o movimento da Resistência que, na realidade, só concerniu 1% da população francesa, erigiu-se em uma espécie de mito da nação.

Na França, Buchenwald e Dachau, campos de concentração que receberam a maior parte dos deportados resistentes, eram mais conhecidos, em 1945, que Auschwitz, por várias razões. Primeira: o número de sobreviventes resistentes, reunindo personalidades políticas e intelectuais, era muito superior ao número de sobreviventes judeus. Os deportados resistentes e reféns, na França, atingiram o número de 65 000 pessoas. Dentre essas, 40 000 retornaram dos campos, mas somente 2.300, dos 76.000 deportados judeus, sobreviveram aos campos de extermínio.¹³ Segunda: ao contrário dos sobreviventes resistentes, membros, em grande parte, das elites políticas e intelectuais, os sobreviventes judeus, em sua maioria, constituídos por refugiados estrangeiros e/ou recém cidadãos franceses, pertenciam às classes mais populares. Enquanto os primeiros criaram, no imediato pós-guerra, associações e obtiveram o reconhecimento da nação, os segundos, incapazes de serem ouvidos, e traumatizados pela amplitude da catástrofe, não usufruíam (ainda) do estatuto de “mártires do genocídio”.

Foi somente com o processo Eichmann, em 1961, que Auschwitz transformou-se em símbolo dos campos de exterminação. Terceira: os próprios soviéticos, em janeiro de 1945, ao descobrirem esse campo, silenciaram-se sobre a questão judaica. Mais preocupados com a ideologia comunista, no momento da sua vitória contra o nazismo, eles confundiram “deportados raciais” com “deportados políticos”.

“Nos anos que seguiram ao desmoronamento do III Reich, ignorava-se amplamente a especificidade do “genocídio” dos judeus”, constata a historiadora dos campos, Annette Wieviorka.¹⁴ Penetrando em Auschwitz-Birkenau, as tropas soviéticas desconheciam a complexidade desse vasto campo de concentração, de trabalho e de extermínio.

Em seu livro *La Trêve*, Primo Levi (deportado em Auschwitz), evoca o sentimento confuso de piedade e de embaraço dos soviéticos ao se depararem com a realidade mórbida desse campo: “mudos, eles escancaravam seus olhares em direção a esse espetáculo fúnebre”,¹⁵ revela esse sobrevivente.

Essa incredibilidade diante da descoberta do horror provinha, sobretudo, da incapacidade dos Aliados em imaginarem a extensão do genocídio dos judeus europeus¹⁶ e dos grupos minoritários. Até mesmo as imagens filmadas pelos operadores do estúdio central soviético, alguns dias após a chegada das tropas em Auschwitz, provocaram ceticismo por parte do exército americano. Para atestar a veracidade dessas imagens, os EUA precisaram enviar seus próprios cinegrafistas a esse local (DELAGE, 1999, p.102).

No pós-guerra, o mito da Resistência tendia, portanto, a minimizar a responsabilidade do estado francês (o regime de Vichy) durante os quatro anos de ocupação alemã. Buscando uma reconciliação nacional, os “gaullistas” e os comunistas reforçaram, após a Libertação, a crença na Resistência da nação. Dentro dessa ótica de mistificação, “40 milhões de franceses”, supostamente, teriam sido resistentes. O processo de apagamento da memória da ocupação e da colaboração, no final da guerra, visava, certamente, a dotar a história nacional de páginas mais gloriosas. Portanto, a cultura política do pós-guerra, fortemente marcada pelo antifascismo, ou seja, pelo triunfo comunista, contribuiu, em grande parte, para amplificar a luta política dos resistentes.

Ora, os verdadeiros resistentes, aqueles detentores de uma carteira de Combatentes Voluntários da Resistência, como Albert Mandelsaft, contestaram os abusos cometidos na concessão de certificados indevidos a um grande número de pessoas, no final da guerra, conforme atesta o trecho que se segue:

No momento em que eu recebi minha carteira, afirma A. Mandelsaft, nós éramos 22 000, mas, [em seguida] houve uma demanda de 500 000 carteiras. Não houve 500 000 resistentes. (...) Tudo isso [ocorreu no pós-guerra] em razão dos certificados de complacência”.

As revelações do historiador americano, Robert Paxton,¹⁷ em seu livro *A França de Vichy* (1973), abriram espaço para a revisão

do discurso oficial. A partir de arquivos alemães, conservados nos Estados Unidos, Paxton demonstrou que a Colaboração, ao contrário do que se acreditava, não havia sido uma imposição alemã, mas uma proposta voluntária da França à Alemanha. Inicialmente contestado pelos historiadores franceses (especialistas da Segunda Guerra Mundial), esse livro induziu a uma transformação gradativa do modelo de interpretação da história oficial. Aliás, “Síndrome de Vichy”,¹⁸ ilustra admiravelmente esse sintoma de “recalque” em relação aos anos “traumáticos” (1940/44), vivido pela sociedade francesa, no pós-guerra. Finalmente, a partir dos anos 1980, graças, portanto, à recente produção historiográfica mundial, o holocausto dos judeus, redimensionado, transforma-se em elemento fundamental de reflexão sobre a Segunda Guerra. Conseqüentemente, a memória da deportação se desloca definitivamente do quadro político para se transformar em drama do povo judeu.

A palavra espontânea da testemunha

A pergunta formulada a Albert Mandelsaft: “No pós-guerra, o senhor exprimia-se sobre a deportação com seus familiares”?

- Sim, Mas, nós [ele e um primo deportado, ao mesmo tempo, a Dachau] não falávamos [sobre isso] com as outras pessoas. Porque as pessoas, quando nós falávamos... Ah, sempre as mesmas coisas. Bom...
- P: O senhor pretendia falar sobre a sua deportação?
- R: Sim...
- P: As pessoas não o escutavam?
- R: As pessoas não estavam interessadas. A pessoa que não tinha sido [diretamente] afetada, isso não lhe dizia nada...

Pontuado de pausas, de frases inacabadas, de ausência de palavras, de alusões sem menções, seu relato, ao contrário da literatura dos campos (na qual as temporalidades se justapõem, sem

preocupação com a cronologia), tenta, num primeiro momento, seguir o ritmo dos acontecimentos históricos. Se as tradicionais narrativas sobre a deportação obedecem, inevitavelmente, a um mesmo modelo narrativo (inicialmente, a captura pela milícia francesa ou pela Gestapo, em seguida, o embarque em trens destinados ao transporte de animais, por fim as humilhações sofridas nos campos, a fuga dos nazistas, o retorno ao país, etc.), a palavra da testemunha é, sempre, uma elaboração singular. Inevitavelmente, toda memória individual cruza e se intercala com a memória coletiva. A utilização constante do pronome “nós”, reforçando uma identidade de grupo, remete a um sentimento de partilha de uma experiência coletiva: a dos resistentes políticos e a das minorias étnicas.

Buscando melhor inserir o testemunho de Albert Mandelsaft no contexto histórico, procuramos seguir as etapas de seus deslocamentos: o êxodo dos habitantes da região da Lorena (de onde vinha) em direção ao centro e ao sul da França, a clandestinidade no momento da Resistência, a deportação e a libertação.

- P: Onde o senhor se encontrava em setembro de 1939?
- R: Em 1939, no mês de setembro, no momento da declaração da guerra, eu estava em Metz [na Lorena]. Eu parti com meus pais, no mês de novembro. Eles foram expulsos.
- P: Porque eles foram expulsos?
- R: Porque todos aqueles que não eram... Bom, a gente partiu.
- P: Entre 1939 e o momento em que entrou na Resistência, qual foi o percurso do senhor?
- R: Em 1940, no mês de janeiro, eu fui convocado para trabalhar, como especialista, em uma fábrica de pólvora em Angoulême. [na chamada “zona livre”]. (...) Os alemães chegaram no mês de junho de 1940. Eles ocuparam [em 1942] Angoulême. E eu parti no mês de outubro para Limoges. (...) Em 41, eu parti para Toulouse (...).

Albert Mandelsaft retrata as diversas etapas e momentos de sua luta pela sobrevivência: a expulsão de sua família de Metz,

(Lorena), em direção a Angoulême (zona livre até 1942) em setembro de 1939, a ocupação dessa última cidade pelos alemães, seu deslocamento em direção de Limoges e de Marseille. A necessidade de sobreviver, fisicamente (na condição de judeu) e materialmente (sustentar seus familiares que se escondiam das autoridades de Vichy em Angoulême), obrigou-o a se deslocar de um lugar a um outro, o que certamente explica a sua entrada tardia no movimento da Resistência. No final de 1943, Albert Mandelsaft, aos 23 anos, ingressa no movimento da Resistência, na região do Lot (sudoeste da França). Sua missão consistia, principalmente, em sabotar as operações das tropas alemãs (descarrilar trens, explodir depósitos de armas, por exemplo). No início de junho de 1944, seu grupo recebe ordens para impedir o avanço da divisão “Das Reich”, estacionada em Montauban (sudoeste da França), que se dirigia para a Normandia. Vítima de denúncias alheias, seu grupo é capturado.

(...) Eles vieram com tanques e metralhadoras... Houve 37 mortos. E 80 [pessoas] foram pegas. (...) E, então, eles nos conduziram em tanques para a cidade de Tulle. (...) E no nosso “maquis” [local, no campo e nas montanhas, dos grupos resistentes], os milicianos¹⁹ se infiltraram. Não era fácil entrar no “maquis”. Era preciso passar por um Serviço de Informações. Assim que soubemos que foram os milicianos franceses [que denunciaram nosso grupo], nós os fuzilamos. (...) E antes de chegarmos a Tulle, de longe, nós avistamos os enforcados. Eles nos alinharam em frente à estação de trem de Tulle. (...) Éramos, segundo eles, terroristas. Eles enforcaram, em Tulle, 99 pessoas. E eles nos conduziram a uma manufatura [na cidade] de Tulle. Era uma manufatura de armas. E lá, nós permanecemos 48 horas. E havia um intérprete que nos dizia que sim, eles iam nos conduzir à Alemanha para trabalhar, como trabalhadores livres. (...) Bem..., e dois dias após, eles nos conduziram em caminhões, de um lado escoltados pelos SS, em cima do caminhão, de outro pela milícia [francesa]. (...) De Poitiers, eles nos conduziram a Compiègne [norte de Paris]. E nos colocaram em um campo.

(...) A gente saía para fazer trabalhos forçados, escoltados por guardas SS”...

Embarcado para a Alemanha, em 2 de julho de 1944, no chamado “trem da morte”, Albert Mandelsaft vivencia a primeira etapa de uma negação do humano (calor, sede, superpopulação...). Destinados ao transporte de animais, os vagões transportavam 100 pessoas em um espaço reservado a 40.

233

(...) Na véspera do dia 2 de julho, eles nos agruparam em um bloco. No dia seguinte, às 6 horas da manhã, eles agruparam todos nós, eles nos deram um pedaço de pão, uma espécie de salsicha embalada num saco plástico e nós partimos em direção à estação de trem de Compiègne (norte de Paris). E lá os vagões nos esperavam (...) Fazia muito calor. O trem começou a andar por volta das 9 horas. Fazia, talvez, uns 36 graus nos vagões. (...) E o trem continuou a circular e, em um certo momento, eu vi que o trem passava pela minha cidade, (...) Metz Sablon. E o trem parou, quando já era noite a Reding, mais ou menos a 10 km de Sarrebourg (na Lorena). Ai, eles abriram as portas. Havia a Cruz Vermelha alemã que esperava para nos dar sopa, mas os SS não a deixaram se aproximar. Então, nós esvaziamos os vagões cheios de mortos. (...) E por volta do dia 4, à noite, passamos por Augsburg. E aí começou a chover. Tínhamos latas de conservas que a gente colocava fora do vagão em direção da chuva. Chegamos no dia 5 de julho, no final da manhã, a Dachau (...) Chegando [lá], soubemos que havia, aproximadamente, 900 mortos no trem que transportava 2.400 pessoas.

- P: Unicamente resistentes ou havia outros prisioneiros?

- R: Bem, havia de tudo. Havia muitos resistentes, havia deportados políticos também (...) Ele era conhecido como o trem da morte. (...) [Em Dachau] (...) Fomos conduzidos a uma praça onde se fazia a chamada dos detentos. Chovia. Eles tinham uma lista com os nomes dos deportados. A cada vez que a pessoa [chamada] não respondia, dizíamos:

Narrar, transmitir, representar...

“mort pour la France” (mortos em nome da França). Finalmente, dos 2.400 [deportados] restaram 1.500 pessoas. E nós permanecemos sob a chuva durante horas. E, depois, eles nos conduziram aos blocos de quarentena... Eu fiquei no bloco 21.

- P: Dentro do trem, o senhor tinha uma idéia do local para onde estavam sendo conduzidos?

- R: Não. De modo nenhum, nós não conhecíamos o destino. Sabíamos que íamos para a Alemanha, mas o destino era desconhecido.

- P: Qual foi a impressão do senhor chegando em Dachau?

- R: O único campo que já havíamos escutado falar, antes da guerra, era Dachau... Porque lá, eles começaram a colocar os comunistas, aqueles que eram contra o regime, e depois os judeus. Nós ignorávamos a existência de outros campos. (...) E quando chegamos lá, aquilo nos deu uma impressão estranha.

Realizados dentro e fora dos campos de concentração, os trabalhos “pesados”, comandados pelos vigilantes dos detidos, os chamados “kapos”,²⁰ visavam a uma progressiva liquidação física. O processo de aniquilamento se fazia sentir antes mesmo do início dos trabalhos forçados. Os exercícios físicos, as vestimentas inapropriadas, a rapidez no ritmo da realização dos trabalhos²¹ constituíam estratégias visando à eliminação lenta e gradativa dos prisioneiros.

A primeira experiência de trabalho forçado, vivida pela testemunha, passa-se fora de Dachau.

(...) Munique [perto desse campo] tinha sido bombardeada. (...) Então, eles nos levaram duas vezes para trabalhar, para desentulharmos a estação de trem [dessa cidade]. (...) Fiquei mais ou menos uns quinze dias [em um “commando”,²² a uns 15 km de Dachau]. Isso durou algum tempo, foi em julho... Por volta do fim desse mês, eles nos conduziram em um “commando” que se encontrava à 15 km de Dachau, que se chamava Allach. Era o mês de agosto, fazia calor. (...)

Nós não tínhamos sapatos (...). Nós não podíamos marchar. Eu andei descalço em cima de cascalhos durante 15 km... Meus pés sangravam. (...) E um dia, me conduziram dentro de um vagão de carvão. Eu não sabia para onde partíamos. E na chegada, era Flossenburg. Flossenburg não ficava longe da fronteira com a Tchecoslováquia... o campo de Flossenburg. Lá, eu fiquei mais ou menos 8 ou 10 dias. De lá me conduziram a um sub-campo, que se encontrava a uns 30 ou 40 km, ele se chamava Herzbrück...

Deportado enquanto resistente, Albert Mandelsaft consegue, ao longo de sua captura, esconder sua origem judia. Portador de uma falsa carteira de identidade desde os tempos da Resistência, ele se fez passar por um cidadão loreno.²³

- P: Quando o senhor chegou a Dachau, eles o enviaram à desinfecção. Como eles não se deram conta de que o senhor era judeu?

- R: Bom, lá, eles não me olharam... Eles não tinham tempo de olharem para mim.

À pergunta: o que o senhor sentiu por ter que esconder sua identidade judia? A resposta foi imediata. “Claro, foi para salvar a minha vida”. (...) Essa foi uma verdadeira falsa carteira de identidade, [cujo] nome de uma pessoa [estava] inscrito na prefeitura (de Saint Céré).

- P: Como e em qual momento, o senhor conseguiu essa identidade?

- R: Em Saint Céré [cidade da região de Lot], no início de 1943, quando cheguei nessa cidade. Porque eu tinha esquecido de dizer que também, em Saint Céré, eu recebi uma convocação – sob o nome dessa pessoa, para me apresentar na prefeitura. Eu já sabia que era para o STO, Serviço de Trabalho Obrigatório. Eu não me apresentei...

É importante assinalar a utilização do pronome “eles” ao longo de sua narrativa, em substituição ao substantivo “nazistas”, “alemães”, “vichistas”. Essa indeterminação do sujeito pode ser

analisada como reflexo da dificuldade de nominação dos algozes. O pronome « eles » parece ser mais neutro, ter um peso menor do que os substantivos correspondentes. Sessenta anos mais tarde, Albert Mandelsaft relembra o que hoje considera “situações trágico-cômicas”, que exigiram presença de espírito e rapidez nos reflexos. Habitado a desafiar situações insólitas, ele destaca certos episódios, sob o pretexto de narrar, segundo suas próprias palavras, “anedotas”. Sorrindo, a testemunha descreve algumas dessas situações “anedóticas” que, provavelmente, no imediato pós-guerra, haviam sido apagadas da sua memória.

A primeira delas ocorre na cidade de Poitiers, a caminho para Compiègne, de onde ele seria deportado. (...) Quando eles nos fizeram descer dos caminhões, havia um hall para penetrar no hotel. E, em cada lado do hall, encontrava-se a Gestapo. Armados, eles chicoteavam os prisioneiros [quando] penetravam [no hotel]. E, como eu não era alto, eu abaixei minha cabeça e eles acabaram se chicoteando mutuamente...

A segunda situação insólita ocorre em Dachau. Presenciando uma cena, julgada por ele, revoltante: a agressão de um prisioneiro idoso, Albert Mandelsaft se lança contra o agressor – um “kapo” – servindo-se da metralhadora desse último. Após atacar esse “kapo”, ele consegue fugir... Apanhado, algumas horas mais tarde, o jovem Albert é torturado e enviado fora do campo de concentração e forçado a trabalhar, como forma de punição, em uma mina de carvão.

A terceira situação se passa em uma enfermaria em Dachau, durante um exame médico. Em companhia de seu primo, prisioneiro no mesmo campo, A. Mandelsaft escapa ao controle. (...) Então, há uma outra anedota (...) Nós devíamos passar uma visita médica [na enfermaria]. Éramos uma centena de pessoas e eu estava com meu primo, eu disse: Henri, sabe, a gente não pode passar por lá, temos que ir do outro lado,

se nós entrarmos [na enfermaria] ...eles vão perguntar... Eles verão que somos circuncisos... E o que nós fizemos? (...) chegamos a uns 100 metros antes [da entrada], e aí nós repartimos, não à esquerda, mas à direita ...e voltamos [a ficar] no final [da fila]. Bom, isso funcionou...

A quarta situação passa-se fora do campo de Herzbrück. (...) Então, em um determinado momento, nós saímos para trabalhar e escutamos um toque de alerta... Não estávamos longe de uma fábrica de cerveja (...) e [os altos falantes advertiam]: “todos em direção aos abrigos” e, eu disse “não”...eu não vou para o abrigo, seria melhor permanecer ao ar livre perto de uma vegetação. Eu disse não, porque quando [os agressores] viam uma chaminé, eles a bombardeavam [imediatamente]. Durante todo esse dia, foram os americanos que bombardearam. Finalmente, [o responsável do “commando”, um polonês chamado Tadek] me escutou. Nós nos refugiamos num bosque e, quando os bombardeios terminaram, [vimos] toda a fábrica de cerveja (...) destruída (...). Então, ele me diz: “você teve, no final das contas, uma intuição. E eu respondi: “não é uma intuição, é uma lógica”. (...) E, em seguida, continuamos a trabalhar (...) e por volta do mês de abril, os americanos começaram já a... [chegar] e nós partimos em “commando” para trabalhar como “autoschlosser”, ou seja, “mecânicos de carros”... Em um determinado momento, escutamos um alerta, éramos uns 15 ou 16, eu não me lembro quantos éramos Nós não voltamos mais ao campo...nós fugimos, fomos para a floresta, lá permanecemos alguns dias e quando saímos de lá, vimos os americanos... É assim que fomos libertados

P: Isso ocorreu no início de 1945? R: Sim, sim. (...) . E, nesse meio tempo, eu consegui salvar a vida de um companheiro Shmerler, que se encontrava em uma enfermaria (...) [prestes a morrer] e eu disse justamente a Tadek, “ele tem que sair de lá”. (...) Eu o revi alguns anos após a guerra.

Rompendo “definitivamente com a humanidade”, a experiência dos campos de concentração produz na memória dos sobreviventes uma cadeia de rupturas. As descrições das situações-limites,

por parte da testemunha, são elaboradas em forma de meias palavras, de elipses, ou seja, por meio de enunciados pouco conexos. Por exemplo, quando perguntamos a Albert M. se ele havia encontrado judeus nos campos, sua resposta foi a seguinte:

Sim, nesse campo (Herzbrück), havia judeus. Havia muitos húngaros que vieram para esse campo (...). E quando eles chegaram lá, porque nesse campo não existia fornos crematórios... no início, nesse campo, os mortos, a gente os conduzia a Nuremberg.... Eu tinha como trabalho obrigatório a Nuremberg.... no crematório... eram carros com três rodas, ficava a uns 30 ou 40 km do campo onde estava. E no final, nós não podíamos mais conduzi-los... havia demais. E o que fazíamos? Nós fazíamos trincheiras na floresta... E à noite eu tinha por obrigação conduzir os mortos.... nós tínhamos pranchascolocávamos uma cabeça aqui, uma perna ali...nós os conduzíamos na floresta, nós os colocávamos nas trincheiras e jogávamos por cima cal ... e havia, desse modo, centenas... E os judeus húngaros que chegaram, no final de alguns dias, eles foram exterminados...

Esse trabalho provisório de “sonderkommando”, por parte dos próprios deportados, durou, para A. M., pouco tempo. Certamente, essa experiência em Herzbrück constitui a mais traumática de toda a sua vivência no mundo concentracionário. Tratava-se, evidentemente, de um dispositivo utilizado frequentemente pelos nazistas que consistia não só na eliminação dos vivos (os prisioneiros), mas no apagamento dos rastros da barbárie. Descrevendo esse “trabalho forçado”, Albert M. é incapaz de pronunciar as palavras “sonderkommando” e “cadáveres” quando se reporta a essa atividade de transporte e de enterro dos judeus. No entanto, a referência ao extermínio está implícita na sua narrativa. Ao longo da entrevista, ele menciona a tragédia de sua família, vítima do holocausto. Pai, mãe, irmã e irmão, judeus franceses de origem polonesa, deportados de Angoulême para Auschwitz, foram todos exterminados no segundo semestre de 1942.

- P: Como o senhor soube que seus pais, seu irmão e sua irmã tinham sido deportados?

- R: (...) Por que meu irmão e meu pai, eles [os policiais franceses] vieram buscá-los em casa. Eles foram presos pelos franceses...E, no entanto, eles eram franceses e eu acredito que foi a “gendarmerie” [a polícia civil] francesa que veio buscá-los. (...) Minha mãe e minha irmã não foram pegadas por eles. (...) [Permanecendo em Angoulême], então, eles foram exterminados, todos os quatro, em 1942, em Auschwitz.

- P: Em qual dos trens eles partiram?- R: O número do trem (“convói”), eu não me lembro se é o 34 ou 35. Eles partiram em setembro de 1942 (...).

- P: Eles estavam entre os primeiros a partirem?

- R: Sim (...). Porque eles estavam, inicialmente, em Drancy [campo de concentração na França]. De Drancy, eles foram para o campo de Pithiviers no Loiret, depois, eles seguiram para Baume la Rolande e eles retornaram a Drancy para serem deportados. Eles chamavam isso de destinações desconhecidas...

Repatriado, em 19 de maio de 1945,²⁴ Albert Mandelsaft, assim como os demais deportados, é conduzido ao hotel Lutetia, em Paris.

(...) Quando cheguei, eu pesava 33 quilos. (...) E lá, eu fiquei 3 semanas. Porque todos os dias, eu esperava. Porque meus pais tinham sido deportados...toda a família. E a cada [dia], eles colocavam os nomes daqueles que haviam voltado no hotel Lutetia...

A esperança de rever um dos membros de sua família, deportados de Auschwitz, levou-o a permanecer por mais tempo nesse hotel. Em vão, nenhum deles retornou.

A entrevista prossegue sem muita linearidade. Albert Mandelsaft nos mostra sua carteira de membro oficial da Resistência.

Narrar, transmitir, representar...

- P: O senhor acredita ter sido reconhecido enquanto resistente e deportado nacional?

- R: "Sim, claro. Eu tenho as carteiras de resistente aqui. (...) E como eu havia sido deportado como resistente, eu recebi a carteira, em setembro de 1951. E a carteira de combatente voluntário da Resistência, eu a recebi, mais ou menos, na mesma data. Não, foi em 1952. (...) Aliás, eu tenho aqui um documento referente a meus pais...

Nesse documento, que ele nos apresenta, está marcado o seguinte texto:

"Conforme o artigo L 488 do Código de Pensão militar de invalidez e das vítimas de guerra, instruções foram dadas à prefeitura de Angoulême em vista da inscrição da menção "mort pour la France" e a transcrição do julgamento declarativo de... – data do falecimento, efetuado em nome do Sr. Leib Ber Mandelsaft, nascido em 9 de julho de 1888 em Przeworsk, falecido fim de dezembro em Auschwitz, Polônia. Sra Mandelsaft, nascida Friedman Guitel, nascida em 18 de julho de 1887 em Pruchnik, Polônia, falecida em 23 de setembro de 1942, em Auschwitz, Polônia".

Retomando a palavra, Albert Mandelsaft prossegue o relato de maneira meio desordenada. Os fatos lembrados fogem à ordem cronológica:

Eu gostaria de acrescentar... quando eu fui capturado. A divisão Das Reich...para nos colocar sobre os tanques...tanques de 30 toneladas, "tigres"... Os tanques eram muito altos e era o período das cerejas... Eles tinham [no tanque] cestos de cerejas, e eles nos diziam em alemão Maul auf!... Eu fingia que eu não entendia... Isso pode ser traduzido por abram a boca.. Eles comiam as cerejas e nos jogavam os caroços na boca. E em seguida, eles nos pediam que subíssemos em cima dos tanques. (...) Eles nos chicoteavam (...) com um cinturão (...) onde estava marcado "Gott mit uns", ou seja: "Deus conosco"...

Mais à vontade no final da entrevista, Albert Mandelsaft relembra situações em que necessitou recorrer aos velhos métodos de cura para poder escapar de doenças e de viroses .

(...) Estávamos dentro de um bloco....isolados...eu tive tifo, nós éramos mais de 200. Alguns dias [se passaram] e nós não tínhamos [nenhum] tratamento. Isso durou alguns dias e eu consegui me curar. Nós éramos uns dez num total de mais de 200 [pessoas]. Todos os outros haviam morrido. É isso.

- P: Como o senhor fez para se curar?

- R:: (...) Então para nos tratarmos,...nós não tínhamos medicamentos, nem nada..., então eu tomava remédios caseiros.... o carvão vegetal, isso fazia parar a disenteria, então era preciso encontrar um pedaço de madeira, era o mais fácil... O mais difícil, era encontrar o fogo...eu consegui encontrar fogo,... eu comi esse carvão vegetal... e isso ajudou a parar o problema. Que eu tinha escapado do tifo, realmente, foi um milagre...muito poucos conseguiram escapar vivos. (...) Quando eu tinha um corte e que sangrava... aí também havia um remédio caseiro...era a teia de aranha... que colocávamos no dedo e isso fazia parar [de sangrar]. Finalmente, se eu sobrevivi, evidentemente, esse era o meu destino,...eu não devia morrer. É só. Na Resistência, foi igual, ... amigos que foram mortos por metralhadoras...e comigo, nada me aconteceu. Eu acredito que eu tinha o Bom Deus em cima da minha cabeça.

- Pergunta: “Um bom anjo da guarda?”

- Resposta: “Sim, é isso, um bom anjo da guarda”.

A memória dos campos e os limites da representação

Todas as formas de um trabalho da memória, por meio da narrativa, remetem a uma tentativa de representação do real.

Por representação, é preciso entender as mensagens verbais e não verbais que se propõem ser uma *mimêsis* da realidade histórica, quer se tratem de narrativas de ficção, narrativas históricas, narrativas de confissão e de testemunho – ou de todo outro modo de figuração através do filme, fotografia, pintura, escultura, arquitetura (RICOEUR, 1999, p.87-88).

Ora, toda realidade, como forma de conhecimento, é uma “representação”. Assim, os indivíduos organizam sua relação com o mundo mediante estruturas complexas de representação, que são utilizadas na comunicação (RODRIGUES, 2000, p.83). Tornando presente uma situação ausente, a transmissão seria, portanto, parte indissociável de uma ética da representação (D’ALONNES, 1999, p.93).

Se, enquanto conhecimento, a história é uma “representação do passado”, enquanto instrumento de pedagogia e ética do presente (e em nome de uma objetividade), as representações, pressupondo uma forma de imaginação, são passíveis de derivações.²⁵ Segundo os historiadores do tempo presente, estas últimas abririam espaços para relativismos e falsificações, sobretudo, tratando-se da temática do holocausto judeu. Ora, na sua ambição de buscar a veracidade do acontecido, a história do presente defronta com a questão do “mal absoluto”, inscrito no genocídio nazista. A esse propósito, o historiador Saul Friedlander, em seu livro coletivo *Probing the limits of representation – nazism and the final solution*, tenta demonstrar os limites encontrados pelos historiadores na interpretação desse “mal absoluto”. Esse acontecimento “nos limites (a vida-na-história e não o discurso-sobre-a-história) impõe a necessidade de se partir dos limites externos do discurso para formar a idéia de limites internos à representação” (RICOEUR, 2000, p. 330-301).

Berel Lang, um dos autores dessa coletânea, descreve três exemplos de figura encontrados pelo historiador, confrontando-se com uma situação-limite (o holocausto), os quais se inscrevem nas seguintes modalidades:

1 – “o que é imaginável mas impossível”, 2 – “o que é inimaginável mas possível”, 3 – “o que é imaginável e possível”. Para Lang, o conhecimento da imensidão do mal e do sofrimento imposto pelos responsáveis do genocídio, transgredindo os limites do representável, pode, no entanto, revelar-se uma possibilidade. Graças ao volume de documentação e à memória histórica²⁶ (TERTULIAN, 1999, p.100), o inimaginável, segundo esse autor, torna-se, no entanto, possível. Mas, como bem assinala Paul Ricoeur, a dificuldade da compreensão desse mal provém exatamente “da inadequação dos modos de representação recebidos do passado, quando confrontados ao horror desmesurado do genocídio e do extermínio” (RICOEUR, 1999, p. 91). A questão do “inimaginável” do horror a ser representado se justapõe ao “sufoco” no ato enunciativo, como revelou Robert Antelme (*L’espèce humaine*).

A censura de Auschwitz em relação à razão e a luta pela preservação da condição humana atravessam todas as narrativas da chamada “literatura dos campos”. Em seu livro *É isso um homem*, Primo Levi adverte: “destruir um homem é difícil, quase tanto quanto criá-lo: isso não foi nem fácil nem rápido, mas vocês conseguiram, alemães” (LEVI, 1999, p.160).

Ora, nas descrições dos sobreviventes, a degradação da condição humana, trama das narrativas, toma forma nos chamados “trens da morte”. O inferno reinava no interior dos vagões; a demência humana invadia os homens, transformados em animais selvagens.

Tendo embarcado no último “trem da morte”, Albert Mandelsaft narra essa experiência de passagem de um mundo a outro:

O trem repartiu por volta das 9 horas (...). Chegamos por volta das 14 horas, em Saint Brice Courcelles, perto de Reims, a uns cinco ou seis quilômetros de Reims. E, então, começamos a gritar “água” e os ferroviários quiseram se aproximar para nos dar água mas não foi possível, eles não os deixavam aproximar. (...) O trem repartiu (...) e nesse meio tempo, nós ficamos nus porque não suportávamos o calor.

Narrar, transmitir, representar...

Não podíamos permanecer 100 em um vagão, então, nós nos colocamos em “fila indiana”. Ou seja, uma parte ficou de pé e uma outra assentada. E nos revezávamos [para podermos respirar]...

Por terem conseguido manter uma certa disciplina, graças à presença de um médico entre eles, os deportados desse vagão, utilizando todos os recursos para não se desidratarem, sobreviveram na sua totalidade.

- P: Que sensação o senhor teve chegando em um campo de concentração?

- R: (...) Nós chegamos no dia 5 de julho, no final da manhã a Dachau. (...) E quando chegamos... porque eu vi a estação [de trem com o nome] de Dachau.. Então, havia alemães, SS, mulheres que diziam: “Sim, eles são terroristas” [resistentes políticos] e elas nos atiravam pedras. (...) Eles nos conduziram para a desinfecção (...) Nos passaram [sobre o corpo] um pincel com uma tinta para desinfetar os cabelos. Depois, eles nos raspam todo o corpo. Experiências de tortura faziam parte do cotidiano dos prisioneiros.

Albert Mandelsaft relata uma situação em que foi vítima desse método, praticado pelos “kapos”, em Herzbrück.

(...) Eu recebi socos e eles me seguraram [pelas pernas e pelos braços] . Como se chama isso? “tabourets”²⁷ ... a cabeça de um lado e as pernas do outro... E aí eles me deram 25 socos com uma matraca enrolada em um chicote.²⁸ (...) E no dia seguinte, eles me colocaram em um “commando” para trabalhar, isso se chamava “stollenbau”, para ir nas pedreiras e construir um túnel. Eu fiz esse trabalho durante 8/9 dias, eu não agüentava mais continuar. Eu precisava me virar, senão eu não sairia vivo do campo..

(...) Bem, nesse campo (Hersbrück), me chamavam frequentemente na caserna... e havia lá uma secretária... e havia um secretário, vestido em uniforme de aviador, ele se chamava Lenz... E um dia, ele me diz “Du bist Jude”, “você é judeu”. Então, eu disse: “como você pode dizer uma coisa dessas? Eu sou da Lorena e não sou judeu”. Então, ele me diz: “você pode ter confiança em mim e eu: “por que eu deveria ter confiança em você?” E ele me responde: “meu trabalho na vida civil é “Pfarrer”, padre. (...) Em seguida, ele me mostra um mapa, alfinetado no muro com pequenas suásticas: “você pode ver, nossas tropas, elas avançam”. E em seguida, ele retira de uma gaveta com duplo fundo (...) uma outro mapa e afirma: “lá, elas recuam”. (...) E o que aconteceu alguns dias depois? Os mesmos que faziam parte da Luftwaffe, ou seja, da aviação, trocaram seus uniformes e se tornaram SS, todos aqueles que se encontravam nesta caserna. E dois ou três meses atrás me retiram deste trabalho[de tradutor]..

O instinto de sobrevivência exigia estratégias nas condutas e rapidez nas ações. Por falar alemão, Albert Mandelsaft consegue, como mencionado, por um determinado período, um trabalho de “Laüfer”, ou seja, de mensageiro e de intérprete.

(...) Isso duroue, nesse meio tempo, isso aconteceu no inverno, quando houve o grande ataque alemão nas Ardenes [norte da França, em dezembro de 1944]. Então, lá fora, nevava...e fazia muito frio nesse campo. E num determinado momento, eu falo... em alemão, se diz “es schneit” [está nevando] (pronunciado “schneht” e em yiddish, se diz “schneit” (pronunciado “äit”). E eu digo “es schneit” e um SS me diz: “você fala como um judeu”. Então, ele fez isso [um gesto com a mão para medir o nariz] para ver meu nariz e ele me diz: “não, você não é um judeu”. Então, finalmente, um dia ... me chamam ao secretariado do campo. No secretariado havia um Oberschaftsführer, isso significa um ajudante-chefe. Havia o “kapo”, o Lagerälster, quer dizer o mais velho do campo... um Häftling é como um

Narrar, transmitir, representar...

criminoso...E era um simples condenado... Ele se chamava Urb. E ele diz ao ajudante: "Albert é judeu" e eu digo: "Ele é louco". Então, ele sugere: "diga para ele abaixar as calças". "Então, eu não hesito um segundo e começo a descê-la, e aí o ajudante chefe" me diz: "não é necessário, esse homem é louco.

Intercalando diferentes ritmos de tempo e fragmentos da memória, a entrevista termina com a questão:

O senhor gostaria ainda de acrescentar alguma coisa?
- Resposta: Eu não tenho nada a acrescentar. Foi uma coisa verdadeiramente monstruosa. Mas, para mim, uma coisa... pede-se "perdoe, mas não esqueça". Eu não perdão nem eu esqueço. Perdoar? Não se pode perdoar uma coisa dessa...Não se pode. Não é possível. E, sobretudo, quando você é atingido na própria carne, não se pode perdoar... Certamente, isso não diz respeito às novas gerações de alemães. Mas, enfim, é só, não é possível.

Em guisa de uma conclusão, a abordagem da "memória história" (da "shoah"), através do testemunho de um deportado, conduz-nos a formular algumas constatações (e/ou hipóteses). A primeira diz respeito à natureza da transmissão: a rememoração possibilita uma reação por parte da vítima em forma de indignação e de revolta. No trabalho de memória dos sobreviventes, o testemunho, na maioria das vezes, constitui um ato de protesto. Lembremos que, antes de se situar no discurso do historiador, esse "acontecimento limite" encontrava-se já na memória individual e coletiva. (RICOEUR, 2000, p.337).

Trabalhando com o testemunho de um duplo sobrevivente (resistente e judeu), procuramos ilustrar identidades distintas e complementares. Ao contrário dos sobreviventes judeus, imbuídos, no imediato pós-guerra, do sentimento de culpabilidade (o fato mesmo de terem sobrevivido à catástrofe), os antigos resistentes,

beneficiando-se do reconhecimento por parte do Estado e da nação francesa, interiorizaram uma positividade. A participação na resistência contra os nazistas, motivo de um certo orgulho, assegurou-lhes uma nova identidade. Assim, o relato de Albert Mandelsaft deixa transparecer a dualidade de uma memória ferida, mas consolada: sua “resistência” contra os nazistas ao lado de seu sofrimento como vítima. Enquanto ex-resistente, participando coletivamente do trabalho da preservação da memória nacional (cerimônias oficiais, colóquios históricos) e mais recentemente, transmitindo sua experiência às novas gerações de estudantes franceses, Albert Mandelsaft personifica “resistência” e ressentimento, otimismo e traumatismo, orgulho e abatimento.

A segunda constatação: a indispensável luta contra o esquecimento e a denegação de certos fatos históricos obriga o historiador do tempo presente a reivindicar o “dever da história”. Para além das interrogações metodológicas, inevitavelmente colocadas pelos historiadores (em termo de interações entre: memória individual e coletiva, objetividade do historiador e subjetividade da testemunha), a testemunha (dita “ocular”) autoriza-se o direito de manter viva a memória histórica, contra abusos e relativismos. Mais do que uma contribuição à escrita da história do tempo presente, o testemunho (e a transmissão) é uma forma de pedagogia, indispensável à formação das gerações futuras, particularmente às não européias.

Terceira: todas as interrogações próprias à história da memória dos campos têm merecido a atenção de diferentes domínios do conhecimento: o jurídico, o filosófico, o psicanalítico, áreas e instâncias em que a ética interpela o individual e o coletivo. Baseando-se, sobretudo, nas análises freudianas, os historiadores do tempo presente buscam confrontar situações contrastadas que traduzem, em geral, os traumatismos da memória (individual e coletiva) em relação aos acontecimentos traumáticos: as guerras, a “shoah” e os genocídios. Os conceitos de “recalque”, de “retorno do recalado”, de “trauma”, por exemplo, vêm contribuindo para uma melhor explicação dos processos de denegação e de “reparação da história”, por parte das

vítimas. Não se trata de simplesmente fazer a transposição de categorias psicológicas a nível da análise histórica, mas de ressaltar a relação fundamental da história à violência. (RICOEUR, 2000, p. 95).

A reapropriação da memória pela história conduz, fatalmente, o historiador a interessar-se, de maneira geral, pela prática psicanalítica. Nesse trabalho de escuta e de mediação, o entrevistador (historiador ou não) deve estar atento aos lapsos, aos silêncios, às elipses, estimulando, ao mesmo tempo, uma liberação da palavra por parte da testemunha.

Os traumatismos da memória individual e coletiva em relação a determinados momentos históricos, impedindo a sua transmissão, não se manifestam, pelo esquecimento, mas pelo silêncio, como bem demonstrou Michaël Pollak (1989, p. 8). Prisioneiros dos “não ditos” e dos interditos, os sobreviventes do “aniquilamento” refugiaram-se, por longo tempo, em uma memória de morte.

Mas, se não se pode ultrapassar essa experiência inédita, a necessidade de testemunhá-la esbarra na dificuldade do próprio ato da narrativa. De que maneira traduzir ou representar a “destruição”, pensada pela tradição filosófica em termos unicamente de uma mediação sobre a finitude dos mortais? (GAGNEBIN, 2006, p. 103). A impossibilidade da transmissão não interdiria a representação mesma do fenômeno do holocausto? Como bem mostra Claude Lanzmann, autor de um longo filme sobre a memória dos sobreviventes, não existem “porquês” no estudo da “Shoah” (título dessa obra de 12 anos de preparação e de 9 horas de projeção) mas somente “comos”, “única atitude possível, ética e operatória”... Na opinião de Pierre Vidal-Naquet,²⁹ essa “obra histórica” só foi possível de ser realizada graças à convocação da memória do presente, a dos testemunhos (sobreviventes, atores e habitantes da cidade de Auschwitz) e não à simples representação da realidade (ou aos documentários históricos).

Não resta dúvida de que a experiência dos campos de concentração, rompendo com o fator “a humanidade”, transforma, inelu-

tavelmente, o trabalho da memória dos sobreviventes em um eterno trabalho de luto.

Narration, transmission, representation: a French survivor's (Jewish and active member of the French resistance) testimony of nazi concentration camps. Abstract: Through the oral narrative of a French survivor – Resistant and Jewish – deported to the nazi concentration camps, the objective of this text is to study the relationship between a lived experience and the representation of this event. Within the framework of the typology of direct witnesses in the History of the Present Time, the testimony of one of the survivors of nazi concentration camps confirms, on the one hand, the difficulties in the transmission of this unique experience, and on the other hand, the need to preserve a historical memory of this event, in the name of the so-called “duty of memory” and “duty of the witness”. Keywords: Concentration camps. Witness. “Duty of memory”. Resistance. Deportation.

Notas

¹ Segundo Annette Wieviorka, especialista da deportação e dos campos de concentração, a palavra “libertação” é imprópria, uma vez que o Exército Vermelho não estava à procura desses campos; a descoberta de Auschwitz se fez por acaso. Cf. *Le Nouvel Observateur*, n. 2097, 13/19, p. 9, janvier 2005.

² Por exemplo: Annette Wieviorka. *Auschwitz, soixante ans après*. Paris, Robert Laffont, 2005; Florent Brayard. *La solution finale de la question juive – la technique, le temps et les catégories de la décision*. Paris, Fayard, 2004; Samuel Willenberg. *Révolte à Treblinka*. Paris, Ramsay, 2004 e tantos outros.

³ Os excessos das comemorações de datas históricas, em um país como a França, em nome do “dever da memória (e a proliferação de narrativas individuais sobre a Ocupação e a Deportação, na última década), tiveram por efeito contrário o apelo ao “dever da história”.

⁴ Alguns DVD, já clássicos e outros inéditos, ilustram esses testemunhos: Claude Lanzmann. *Shoah* (versão longa: 9 horas, 1986); *Auschwitz, l'album de la mémoire*, (filme de Alain Jaubert); 14 *Récits d'Auschwitz: paroles de survivants* (série de documentários, concebidos por A. Wieviorka e realizados por Caroline Roulet).

⁵ Segundo Shmuel Trigano, em seu livro polêmico - *Les frontières d'Auschwitz – les ravages du devoir de mémoire* (Paris, Le Livre de Poche, 2005), a “celebração” do dever da memória, que data do final dos anos 1980, torna-se uma estratégia política, no segundo mandato de Mitterrand, em nome da “frente anti-fascista”.

⁶ Em Paris, em 07/02/2005. Essa entrevista, em língua francesa, teve uma duração de aproximadamente 2 horas. Conhecendo bem esta testemunha, nosso encontro ocorreu por ocasião da inauguração do novo Centre du Documentation Juive Contemporaine. Em 1997, ele concedeu uma entrevista a Fundação da História Visual dos Sobreviventes da Shoah, que passou a se chamar, em 2006, Instituto Fundação Shoah de história Visual e Educação da universidade do Sul da Califórnia.

⁷ Franco-Atiradores, cuja localização das ações (“maquis”) encontrava-se na região do Lot (sudoeste da França).

⁸ Cf. Pierre vidal-Naquet. *Les assassins de la mémoire – un Eichmann de papier et autres essais sur le révisionisme*, La Découverte, Paris, 1987.

⁹ Todas as traduções foram feitas pela autora do artigo. Citado por Pierre Mertens, “Ils ont nommé l’innommable”, *Le Magazine Littéraire – la littérature et les camps*, n. 438, , p. 31, janvier 2005.

¹⁰ Cf. Primo Levi, Robert Antelme, Paul Celan, Jorge Sempun, Elie Wiesel, entre outros.

¹¹ “Entretien avec Jorge Semprun – Le grand voyage de la mémoire”; In: *Le Magazine Littéraire*, op.cit., p. 46.

¹² Em meados de janeiro de 44, abandonando Auschwitz, os alemães conduzem, para outros campos, somente os sobreviventes capacitados de se locomoverem. Essa partida foi chamada de “marcha da morte”, milhares de ex-prisioneiros, em estado lamentável, pereceram nas estradas.

¹³ Esses dados foram publicados pelo jornal *Libération*, de 27 de janeiro de 2005, junto com a entrevista da historiadora Annette Wieviorka.

¹⁴ “Les camps de concentration et la shoah”, *Le Magazine Littéraire*, op.cit., p. 34.

¹⁵ Citado por Christian Delage em um artigo “L’œil de la caméra face à la réalité concentrationnaire”, *Le Monde*, 18/01/2005, p.8.

¹⁶ Segundo fontes oficiais, 5 a 6 milhões de judeus foram vítimas da “solução final”. 3 milhões dentre eles morreram nos campos de concentração e de exterminação; 950 000 no complexo de Auschwitz-Birkenau. (*Libération*, 27, p. 2, janvier 2005).

¹⁷ Além desse livro, editado pelo Seuil, Paxton publicou na França, junto com Michael Marrus, *Vichy et les juifs*. Paris, Calmann-Lévy, 1981. Cf. R. Paxton. *L’armée de Vichy: le corps des officiers français* (trad.), Paris, Tallandier, 2004.

¹⁸ Título do livro de Henry Rousso, publicado pela editora Seuil, em 1987.

¹⁹ Organização pára-militar, a Milícia foi criada pelo governo de Vichy em 1943, com o objetivo de ajudar os alemães na repressão da Resistência e na caça dos judeus franceses e estrangeiros, refugiados na França.

²⁰ Prisioneiros que vigiavam os deportados, em grande maioria constituídos pelos delinqüentes poloneses e ucranianos.

²¹ Segundo a testemunha : “ (...) Os kapos nos obrigavam a fazer exercícios (...) Era preciso caminhar em um ritmo acelerado...e aquele que não conseguisse [fazê-lo], recebia, cada vez, socos [por parte dos 'kapos']”

²² A tradução seria, mais ou menos, uma equipe de prisioneiros destinados aos trabalhos forçados.

²³ Sua falsa carteira de identidade apresentava o nome de Albert Munier, nascido em Hagondange (perto de Metz na Lorena), em 1927, de língua francesa e alemã.

²⁴ A testemunha faz questão de ressaltar esse aspecto. Seu campo foi liberado pelos americanos. “ (...) Eu queria ser repatriado em avião mas eles não queriam repatriar os deportados em avião. E, finalmente, eu consegui (...)”

²⁵ Cf., Gerard Noiriel. Sur la “crise” de l’histoire. Belin, coll. “Socio-histoires”, Paris, 1996.

²⁶ Segundo esse mesmo autor, o historiador americano Christopher Browning propõe mesmo a necessidade de uma certa “empatia” com relação aos responsáveis dos crimes nazistas como meio de se tentar reconstruir o universo mental desses criminosos.

²⁷ Espécie de banquetas.

²⁸ Esse método de tortura, que consiste na utilização de chicotes, é chamado, na linguagem técnica, “nerf de boeuf”.

²⁹ Historiador francês da Grécia Antiga, Pierre Vida-Naquet (1930-2006) foi também especialista da memória da Shoah e um dos intelectuais engajados contra a Guerra da Argélia.

Referências

ANTELME, Robert. *L’espèce humaine*. Paris : Gallimard, 1947.

BEDARIDA, François. Un siècle de génocide : le devoir de connaissance. In : *Autrement – Travail de mémoire 1914 -1998*, Paris, n. 54, janvier 1999.

COQ, Christian (Org.). *Travail de mémoire 1914-1998 – une nécessité dans un siècle de violence*. Paris: Éditions Autrement – collection Mémoires, n. 54, 1999.

D’ALLONES, Myrian Revault. *La littérature des camps et le partage de l’expérience*. In: *Autrement – Travail de mémoire 1914 – 1998*.

DELAGE, Christian. *La représentation impossible ? Un obstacle d’abord pour les nazis*. In : *Autrement – Travail de mémoire 1914 – 1998*.

DOSSE, François. *História – Ciências Sociais*. Bauru : EDUSC, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne- Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

Narrar, transmitir, representar...

FRIEDLÄNDER, Saul. *Probing the limits of representation: nazism and the final solution*. Cambridge, Mass. : Harvard University Press, 1992.

Le Monde, 27 janvier 2005.

Le Nouvel Observateur, numéro 2097, 13/19 janvier 2005.

LEVI, Primo. *Si c'est un homme*. Tradução Martine Schruoffenegger. Paris: Julliard, 1987.

Libération, 27 janvier 2005.

PAXTON, Robert. *La France de Vichy*. Paris : Seuil, 1973.

PEILLON, Dominique; WIEVIORKA, Olivier. *La Résistance*. In: *La France des années noires*. Paris : Seuil, 1993.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: *Estudos Históricos*, 1989/3.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

RODRIGUES DA SILVA, Helenice. *A história como representação do passado: a nova abordagem da historiografia francesa*. In: FLAMARION CARDOSO, Ciro e MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Representações – contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

_____. *Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória*. *Revista Brasileira de História*, n. 44, 2002.

ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*. Paris: Seuil, 1987.

SEMPRUN, Jorge. *L'écriture ou la vie*. Paris: Gallimard, 1994.

TERTULIAN, Nicolas. *Penser et représenter le pire que la mort*. In: *Autrement – Travail de mémoire – 1914 – 1989*.

TRIGANO, Shamuel. *Les frontières d'Auschwitz – les ravages du devoir de mémoire*. Paris: Biblio Essais, 2005.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Les juifs, la mémoire et le présent*. Paris: Petite Collection Maspero, 1981.

WIEVIORKA, Annette. *Soixante ans après*. Paris: Robert Laffont, 2005.

Recebido em 15/06/2008

Aprovado em 30/07/2008